

Autor: P.Executivo D.Of. 29.10.71



Estado de Mato Grosso

LEI Nº 3092, de 25 de outubro de 1 971

Dispõe sôbre a instituição e execução do programa de formação do patrimônio do servidor público do Estado de Mato Grosso - PASEP - MT.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo lº - Fica instituído no Estado de Mato Grosso, de acôrdo com o artigo 8º da Lei Complementar Federal nº 8, de 3 de dezembro de 1 970, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público de Máto Grosso - PASEP-MT., nos têrmos desta lei.

Artigo 2º - A Secretaria da Fazenda contribuira para o Programa, mediante recolhimento mensal ao Banco do Brasil S.A. das seguintes parcelas:

I - 1% (um por cento) das receitas correntes próprias, deduzidas as transferências feitas a outras entida des de Administração Pública, a partir de 1º de julho de 1 971; 1,5% (um e meio por cento) em 1 972 e 2% (dois por cento) no ano de 1 973 e subsequentes;

II - 2% (dois por cento) das transferências recebidas do Govêrno da União, através do Fundo de Participação' dos Estados, a partir de 1º de julho de 1 971.

Parágrafo único – não recairá em nenhuma h \underline{i} pôtese, sôbre as transferências de que trata êste artigo mais de uma contribuição.

Artigo 3° - As autarquias, emprêsas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas pelo Esta do contribuirão para o Programa com 0,4% (quatro décimos por cento) da receita orçamentária, inclusive transferências e re

receita operacional a partir de 1º de julho de 1 971; 0,6% (sels décimos por cento) em 1 972 e 0,8% (oito décimos por cento) no ano de 1 973 e subsequentes.

Artigo 4º - As contribuições recebidas pelo Banco do Brasil S.A. serão distribuídas entre todos os servidores em atividade, civis e militares do Estado, bem como das suas entidades da administração indireta e fundações, observados os seguinates critérios:

- I 50% (cinquenta por cento) proporcionais ao montante da remuneração percebida pelo servidor, no período;
- II 50% (cinquenta por cento) em partes proporcionais aos quinquênios de serviços prestados pelo servidor.

Paragrafo único - A distribuição de que trata êste artigo somente beneficiara aos titulares, nas entidades menciona das nesta lei, de cargo ou função de provimento efetivo ou que possam adquirir estabilidade, ou de emprêgo de natureza não eventual, regido pela legislação trabalhista.

Artigo 5º - O Banco do Brasil S.A. ao qual compet<u>i</u> rå a administração do Programa, manterá contas individualizadas para cada servidor e cobrará uma comissão de serviço, tudo na forma que fôr estipulada pelo Conselho Monetário Nacional.

Paragrafo 1° – Os depósitos a que se refere êste ar tigo não estão sujeitos, nos têrmos da Lei Complementar Federal \mathbb{R} 8, a impôsto de renda ou contribuição previdenciaria, nem se in corporam, para qualquer fim, à remuneração, função ou emprêgo.

Paragrafo 2º - As contas abertas no Banco do Brasil S.A., na forma da Lei Complementar nº 8, serão creditadas:

- I pela correção monetária anual do saldo credor, obedecidos os indices aplicáveis às Obrigações Reajustáveis do $T_{\underline{e}}$ souro Nacional;
- II pelos juros de 3% (três por cento) calculados, anualmente, sôbre o saldo corrigido dos depôsitos;
- III pelo resultado líquido das operações realizadas com recursos do Programa, deduzidas as despesas administrativas e as provisões e reservas cuja constituição seja indispensável, quan do o rendimento fôr superior à soma dos itens I e II.

(



Paragrafo 3º - Ao final de cada ano, contado da data da abertura da conta, será facultado ao servidor o levantamento dos juros e da correção monetária, bem como dos rendimentos da quo ta-parte produzida pelo îtem III do paragrafo anterior, se existin

Paragrafo 4º - Por ocasião de casamento, aposentado ria, transferência para a reserva, reforma ou invalidez do servi dor titular da conta, poderá o mesmo receber os valores deposita dos em seu nome; ocorrendo a morte, esses valores serão atribuídos aos dependentes e, em sua falta, aos sucessores.

Paragrafo 5° - Na forma das normas aprovadas pelo 'Conselho Monetário Nacional, o servidor poderá requerer a libera ção do saldo de seus depósitos, para utilização total ou parcial na compra de casa própria.

Paragrafo 6º - O Banco do Brasil S.A. organizara o cadastro geral dos beneficiarios do Programa, com base nas informa ções que lhe prestarão, obrigatoriamente, todos os orgãos da administração direta, indireta e fundações do Estado.

Artigo 6º - As importâncias creditadas nas contas do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, de acôrdo com o dispôsto no artigo 7º da Lei Complementar nº 8, são inaliená veis e impenhoráveis e serão obrigatoriamente transferidos de um para outro, no caso de passar o servidor, pela alteração da relação de emprego, do setor público para o privado, e vice-versa.

Artigo 7º - O Poder Executivo, se necessário, regula mentará a presente lei.

Artigo 8º - O Poder Executivo fica autorizado a abri: pela Secretária da Fazenda, crédito especial na quantia de Cr\$.... 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil cruzeiros), para atender, r corrente exercício, aos encargos com a execução desta lei, podendo para tanto, anular total ou parcialmente, até o limite do crédito autorizado, dotações do orçamento de despesas correntes ou de despesas de capital.

Parágrafo único — Nos exercícios subsequentes, o oromento do Estado consignará dotação para ocorrer às despesas com execução do Programa.

Artigo 9º - Esta lei entrara em vigor na data de su publicação, revogadas as disposições em contrario.

5

IMPL Fis. <u>183</u> Rub. ______

Palacio Alencastro, em Cuiaba, 25 de outubro de 1 971, 150º da Independência e 83º da República.

January Januar

Reputroida

à flo. 23 a 25 s.

do Rivoro competente

Em 28/4/42

BIPin Reiro

Sub Diretor